

PANORAMA DA GESTÃO ASSOCIADA DE RESÍDUOS SÓLIDO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

Wagner Luiz Alves da Silva
Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Natal, Brasil
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, Brasil
wagner.alves@ifrn.edu.br

Fábio Fonseca Figueiredo
Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Natal, Brasil
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
fabiofonsecafigueiredo@gmail.com

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Introdução

A problemática sobre a gestão dos resíduos sólidos no Brasil reproduz um cenário de aumento constante da sua geração, causando riscos ao ambiente e a população em geral, uma vez que parte expressiva destes resíduos ainda são despejados em lixões. Observam-se dificuldades no cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) em nível de estado do Rio Grande do Norte, pois o estado pouco avançou na implementação das suas diretrizes. Para resolver essa questão, o governo brasileiro vem adotando a gestão associada por meio de consórcios públicos, justificada pela economia de escala gerada a partir da união de entes federados.

Objetivo da Pesquisa

Analisar os desafios relacionados ao cumprimento da PNRS, Lei nº 12.305/2010, por meio dos consórcios públicos no estado do Rio Grande do Norte, Brasil.



Fig. 1 - Localização do Estado do Rio Grande do Norte no Brasil (Fonte: Silva et al., 2025)

Metodologia

Delineado como uma pesquisa exploratória com a triangulação de técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa. Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica em artigos e estudos sobre a temática. A pesquisa documental buscou analisar os marcos legais, relatórios e estudos técnicos. Ao final, os dados foram analisados a partir do cruzamento dos aspectos inerentes aos desafios ao cumprimento da gestão associada de resíduos sólidos no estado.

Resultados e Discussão

A implementação dos consórcios públicos no estado tem sido marcada por descontinuidade nas ações e pela ausência de articulação efetiva entre os entes federativos e, sobretudo, entre os municípios de pequeno porte. Avulta-se que a implementação efetiva da PNRS não depende apenas de recursos e planejamento técnico, mas também de uma visão ampliada acerca de uma gestão integrada que considere as especificidades territoriais e socioeconômicas de cada região.

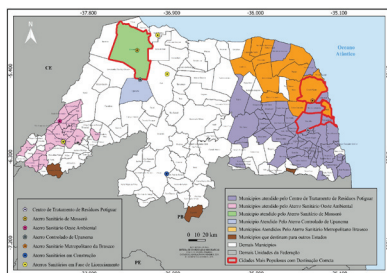


Fig. 2 - Localização dos aterros sanitários e municípios com destinação adequada dos resíduos sólidos no Estado do Rio Grande do Norte, Brasil (Fonte: Silva et al., 2025).

A falta de infraestrutura básica, como aterros sanitários e estações de transbordo que podem ser alçados via recursos públicos federais ou parcerias público-privadas é uma constante. Há a desarticulação entre municípios (estabelecimento de objetivos comuns com vistas a melhoria do saneamento ambiental por meio da realização de acordos formais e reuniões operacionais entre os gestores), fato que dificulta a materialização dessa política pública.

Conclusão

Observou-se a deficiência na qualificação dos gestores públicos em relação à organização de consórcios e a restrição no número de profissionais capacitados e habilitados para trabalhar com estes entes. Igualmente a falta de capitalização financeira decorrente na não cobrança da taxa ou tarifa de resíduos sólidos, bem com a alternância de gestores e de técnicos nas gestões municipais.

Bibliografia

Silva, W. L. A., Barbosa, J. R. A.; Figueiredo, F. F.; Souza, D. I. (2025). Gestão do território e políticas públicas ambientais no Rio Grande do Norte: apontamentos sobre a questão dos resíduos sólidos. *Revista Geotemas*, Pau dos Ferros, v. 15, p. e02525. DOI: <https://doi.org/10.33277/2236-255X.2025.7166>

RISCOS



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE RISCOS, PREVENÇÃO
E SEGURANÇA